

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Leonardo Rocha Jefferson de Souza

**ENTRE A ESPADA E O PESCOÇO: A REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA PALESTINA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Leonardo Rocha Jefferson de Souza**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202172043A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Entre a espada e o pescoço: a reprodução social da vida palestina**, desenvolvido durante o período de 14/11/2024 a 11/03/2025 sob a orientação de Leonardo Silva Andrada, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 20 de Março de 2025.

---

**Leonardo Rocha Jefferson de Souza**

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# ENTRE A ESPADA E O PESCOÇO: A REPRODUÇÃO SOCIAL DA VIDA PALESTINA

Leonardo Rocha Jefferson de Souza<sup>1</sup>

## RESUMO

A pesquisa procura, a partir do lugar ontológico da Palestina, detalhar as formas israelenses de aniquilação dos meios de existência palestino, como expulsão, destruição e controle da infraestrutura, extermínio geracional e controle da natalidade, como centro da denúncia ao genocídio promovido pelo Estado de Israel. Busca expor as incongruências e contradições da ideologia sionista (racista e colonial), e suas propagandas que inflaram as discussões públicas, esvaziando as críticas ao genocídio palestino. Propagandas que foram exaustivamente produzidas através da consolidação de uma indústria que instrumentalizou a memória do holocausto a fim de justificar a violência israelense contra o povo palestino, que acaba por negar o próprio holocausto, desistorizando esse trauma histórico. Para tal, se utiliza de revisão da literatura sobre a Questão Palestina, estudos históricos, o arcabouço teórico do marxismo e da Teoria da Reprodução Social (TRS), bem como coleta de dados a partir de jornais. Por fim, enfatiza o genocídio e a segregação étnico-racial como fenômeno permanente e intrínseco da sociedade capitalista, problema que só pode ser superado através da superação dos pressupostos dessa mesma sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Genocídio palestino. Reprodução social da vida. Sionismo. Colonialismo. Emancipação humana.

## 1. INTRODUÇÃO

Ghassan Kanafani, escritor e revolucionário palestino, um dos fundadores da Frente Popular para Libertação da Palestina (FPLP), ao ser perguntado por Tariq Ali sobre a possibilidade de um acordo com os israelenses, responde “Tariq, me explique como o pescoço negocia com a espada” (KHALIDI, 2024, p. 27), apontando para a impossibilidade de diálogo entre colonizado e colonizador. Essa analogia fica cada vez mais clara, sobretudo nos eventos recentes. No dia 29 de fevereiro de 2024, milhares de palestinos, que enfrentam uma fome catastrófica - nível mais alto de fome segundo o *Integrated Food Security Phase Classification* (IPC) (JAMAL, 2024) - produzida pela ocupação israelense, destruindo as condições de produção de alimentos e dificultando a chegada de ajuda humanitária, se concentraram na rua Al-Rashid no oeste de Gaza em busca de ajuda humanitária e comida. Essas pessoas foram brutalmente atacadas por disparos das forças de Israel que estavam próximas ao comboio humanitário. Segundo funcionários do jornal Al Jazeera (FLOUR [...], 2024), pelo menos 112 pessoas foram assassinadas e 750 ficaram feridas. O Massacre de Al-Rashid faz parte de um largo processo histórico de desumanização do povo da Palestina, intensificado em resposta aos ataques do Hamas do dia 7 de outubro de 2023, que marcou uma grande derrota para o Estado terrorista e genocida de Israel. Desde então, “pelo menos 25 vezes mais palestinos foram mortos do que israelenses, e uma enorme parte deles civis, mulheres, crianças, idosos, médicos e profissionais de saúde, jornalistas e acadêmicos” (KHALIDI, 2024, p.34). Desde 2023, os últimos anos vêm sendo os mais mortais já registrados para os palestinos. Com os dados atualizados pela equipe da Al Jazeera (AJLABS, 2025), sabe-se que até o momento em que este trabalho é escrito, pelo menos 61.709 pessoas, incluindo 17.492 crianças, foram mortas em Gaza, e 111.588 foram feridas. Na Cisjordânia ocupada, o número de mortos é de pelo menos 905, incluindo 181 crianças, e 7.370 feridos.

Além disso, de acordo com os dados em relação a devastação da infraestrutura de Gaza do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), da Organização Mundial da Saúde e do governo palestino a partir de 15 de janeiro, apresentados pela equipe de dados do Al Jazeera (AJLABS, 2025), 92% das casas, 80% das instalações comerciais, 88% dos edifícios escolares, 68% das redes rodoviárias, 68% da terra cultivada foram destruídas; e das instalações de saúde, apenas 50% dos hospitais estão funcionando, e ainda, de forma parcial. Fica evidente, portanto, o problema central: que a ocupação colonial israelense se trata de uma prolongada, lenta e contínua produção da morte e da aniquilação das condições de produção e reprodução da vida palestina. Como argumenta Tithi Bhattacharya (2024, p. 56), “no atual ciclo de violência, Israel tem como alvo dois tipos de capacidade de reprodução social: instituições de reprodução social, tais como escolas e hospitais; e a geração futura, ou seja, as crianças. Israel quer erradicar tanto a vida quanto a capacidade de reproduzir uma vida futura”.

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Leonardo Silva Andrada.

Isso está claro em falas das autoridades israelenses, como a do ex-ministro de defesa Yoav Gallant, afirmando que “a ordem foi para se estabelecer o bloqueio total para a Faixa de Gaza. Não haverá eletricidade, nem comida, nem água, nem combustível, tudo fechado”, sob a justificativa racista, na fala de Gallant, de que “estamos combatendo contra animais humanos e estamos agindo em conformidade com esse contexto” (FARINELLI, 2023). Se trata de um discurso que lembra perfeitamente a crença sionista de que a única linguagem que os árabes conhecem é a força e a crueldade, como argumentava o pensador russo judeu Asher Zvi Ginzberg, que visitou a palestina em 1891, em seus artigos sobre os projetos sionistas de imigração para a Palestina (MASALHA, 1992, p. 7). Sob o argumento de que o objetivo de Israel é destruir o Hamas, a Faixa de Gaza se tornou uma enorme prisão para seu povo, tutelado pelas forças israelenses, que é constantemente bombardeado e sofre uma série de restrições de condições indispensáveis para a vida e, portanto, de sua liberdade.

Ao redor do mundo, uma série de manifestações se levantaram em denúncia ao genocídio palestino, sob a palavra de ordem “Do rio ao mar, a Palestina será livre”, palavras que remetem a ideia de Edward Said de que apenas a criação de um único Estado binacional laico - “uma república democrática capaz de garantir uma completa igualdade de direitos aos seus cidadãos, tanto judeus como palestinos - era o único caminho possível para a paz” (TRAVERSO, 2024, p. 87-88), uma vez que os acordos de Oslo, base da ideia da solução de dois Estados, foi um completo fracasso na medida em que, desde o início foi “sabotado por Israel, que fez dele a premissa para a colonização da Cisjordânia, a anexação de Jerusalém Oriental e o isolamento da Autoridade Palestina, hoje reduzida a uma entidade fantasma corrupta e desacreditada” (TRAVERSO, 2024, p. 87). Esta é uma das principais razões também do crescimento do Hamas - uma organização de natureza religiosa, vinculada ao islamismo sunita, que administra a Faixa de Gaza desde 2006, “quando venceu as eleições para o Conselho Legislativo da Palestina, batendo o Fatah e os demais partidos da OLP (Organização para Libertação da Palestina)” (ALTMAN, 2023, p. 14). Diante dessas manifestações, não demorou muito para que as “sociedades abertas e livres” ocidentais, aliadas ao Estado de Israel, mostrassem seu caráter fortemente violento e autoritário na repressão à essas manifestações, além de toda a poluição que produziram nos veículos midiáticos, acusando essas revoltas de “antisemitismo”, acusação que, diante dos interesses das burguesias européias e norte-americanas, “faz com que matem três coelhos com uma cajadada só, atingindo o anticolonialismo, o antirracismo e o anticonformismo judaico” (TRAVERSO, 2024, p. 54).

O lobby e a indústria propagandística sionista, com seus braços armados da onda punitiva em todo sistema internacional sob hegemonia do neoliberalismo, desistoriza e mistifica a questão judaica e palestina, ocultando a limpeza étnica e o genocídio e suas estratégias que tem, como alvo, os níveis mais fundamentais dos meios de existência palestinos. Nesse sentido, a partir da revisão da literatura sobre a limpeza étnica na Palestina e o estudo histórico da conexão do povo palestino com seu território, é necessário fazer uma exposição dialética das contradições ideológico-históricas do movimento sionista, a fim de, primeiro, desmistificar as concepções teológicas da história palestina e o mito de que antissionismo é antisemitismo, para finalmente abordar a questão central de como a colonização israelense estabeleceu uma estrutura de debilitação e produção da morte na palestina, aniquilando suas formas de reprodução social da vida, a partir do controle asfixiante e da alienação da terra. Por fim, a crítica, para não se desmanchar num vazio, passa necessariamente pela crítica da sociedade capitalista e de sua razão instrumental, da qual os genocídios não são mera exceção, mas uma constante que não pode ser superada sem ser também superada a estrutura capitalista que a produz.

## **2. SIONISMO: UMA IDEOLOGIA RACISTA, COLONIAL E EUGENISTA**

No ataque do dia 7 de outubro de 2023, o Hamas conseguiu atravessar a fronteira israelense, rompendo os muros da faixa de Gaza, ao mesmo tempo em que foram lançados mísseis que causaram centenas de mortes militares e civis israelenses (ALTMAN, 2023, p. 14). Segundo o historiador palestino Rashid Khalidi, isso significou uma derrota militar inédita a Israel, de forma que “demorou quatro dias para que eles recuperassem as bases militares e as numerosas comunidades que foram tomadas pelo Hamas e seus aliados” (KHALIDI, 2024, p.33). A propaganda sionista produziu a mentira de que o 7 de outubro marcou o maior número de vítimas desde o Holocausto (números maiores de civis e soldados israelenses ocorreram em 1948, com a morte de 2 mil civis e 4 mil soldados) (KHALIDI, 2024, p.33). Como é típico do discurso sionista, deram a esse ataque uma causalidade diabólica, que irrompeu uma guerra reparadora. Como analisa Enzo Traverso (2024, p. 17), em seu livro “Gaza diante da história”, publicado em 2024, é como se toda a história de desapropriação e desenraizamento do povo palestino fosse apagada, e passa-se a contar do zero a origem da tragédia a partir do 7 de outubro, colocando o conflito de cabeça pra baixo, produzindo uma inversão ideológica onde Israel aparece

como vítima e o Hamas como o executor da possibilidade de uma segunda *Shoah* contra os judeus. “A Faixa de Gaza, território habitado por 2,4 milhões de pessoas submetidas a uma segregação total há 16 anos, tornou-se então, o berço do mal, onde assassinos inescrupulosos agem com toda a impunidade, transformando os civis em ‘escudos humanos’” (TRAVERSO, 2024, p. 17).

O mesmo jornal, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, que, 40 anos atrás, relativizou os crimes nazistas contra os judeus a partir da leitura dos conservadores da tese de Ernst Nolte, em que os horrores do nazismo teria se dado exclusivamente como produto de sua reatividade ao bolchevismo, hoje são irrestritos apoiadores do Estado de Israel (TRAVERSO, 2024, p.16). Da mesma forma como discursos foram utilizados no pós-segunda guerra para vitimizar os alemães em relação aos judeus, o mesmo ocorre hoje diante um genocídio em curso contra o povo palestino, vitimizando os israelenses. Qualquer crítica ou denúncia de limpeza étnica e genocídio na faixa de gaza e o caráter colonial e racista da ideologia sionista é tratada como expressão de um novo antissemitismo. Não é de se espantar, uma vez que o próprio Theodor Herzl, fundador do sionismo no século XIX, culpava até mesmo os próprios judeus pelo antissemitismo na europa, uma vez que, segundo ele, "libertos do gueto, continuaram a ser, no fundo, em suas estruturas mentais, judeus do gueto (LAQUEUR apud SOLIMAN, 1990, p. 20). O antissemitismo de fato se tornou uma arma de combate como argumenta Traverso (2024, p. 53). No entanto, este se trata de um “novo antissemitismo imaginário que serve para criminalizar a crítica a Israel” (TRAVERSO, 2024, p. 53), assim como Norman Finkelstein, que também já havia denunciado como o holocausto, enquanto uma ideologia capitalizada, “provou ser a arma perfeita para esvaziar as críticas a Israel” (FINKELSTEIN, 2001, n.p.).

Não é de hoje que o antissemitismo e a memória do holocausto é instrumentalizada pela propaganda sionista para justificar seus horrores. Desde as décadas de 60 e 70, esse discurso já havia sido criado pelas comunidades judaicas pró-sionistas norte americanas e se tornou cada vez mais institucionalizada (FINKELSTEIN, 2001, n.p.). As lideranças das mesmas comunidades que, como o *American Jewish Committee* (AJC) e o *World Jewish Congress* (WJC) e seus aliados estadunidenses, tiveram uma posição conformista e omissa em relação ao holocausto, em completa lealdade as políticas norte-americanas de realinhamento com o Alemanha Ocidental contra a “ameaça do comunismo” após a Segunda Guerra (FINKELSTEIN, 2001, n.p.), foram os responsáveis por inflar as discussões públicas com a “memória do holocausto” e o “perigo da repetição da solução final nazista”. A indústria do Holocausto, como chama Norman Finkelstein e dá nome ao título de seu livro publicado em 2001, foi produzida após a Guerra árabe-israelense e a forte aliança estabelecida entre EUA e Israel, em um momento de forte dominação militar de Israel na região (FINKELSTEIN, 2001, n.p.) utilizando o holocausto para justificar a limpeza étnica na palestina e o maciço apoio militar estadunidense a Israel, cujas armas apontavam para os “inimigos da América” (FINKELSTEIN, 2001, n.p.). A guerra nas zonas periféricas do capitalismo sempre foi glorificada pelo imperialismo europeu e norte-americano. Da mesma forma como o fascista Fillippo Tomasso Marinetti, fundador do movimento futurista, defendia que a guerra era “a única higiene do mundo -, o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutivo dos construtores da liberdade, belas ideias pelas quais vale a pena morrer e que as mulheres desprezam”, para a aliança estadunidense-israelense também a guerra é a higiene contra as “hordas árabes” do Oriente Médio.

Essa indústria de propaganda sionista, orientada por interesses corporativos e de classe das elites judaicas norte-americanas, arrancou do holocausto sua historicidade, tratando-o de forma mistificada, diabólica, teológica e como o único genocídio na história, cujos alvos foram exclusivamente os judeus, motivado por um antissemitismo permanente e onipresente dos não-judeus. É essa concepção do que foi o holocausto que sustenta o “capital moral” do Estado de Israel, invertendo suas práticas de genocídio em “legítima defesa” (FINKELSTEIN, 2001, n.p.). Tratar o holocausto dessa forma não só é estéril e cínico, mas também um absurdo do ponto de vista histórico-científico. O alibi israelense é uma pseudo-história de chave teológica, um dogma que constrói a imagem dos horrores nazistas como produtos de um “irracionalismo” sádico e nega todos os outros genocídios, como o genocídio armênio e hoje o genocídio palestino. Segundo Finkelstein:

A Turquia é aliada dos israelenses. Mencionar o genocídio armênio é, portanto, um tabu. Elie Wiesel e o rabino Arthur Hertzberg, assim como o AJC e o Yad Vashem, se retiraram de uma conferência internacional em Tel Aviv sobre genocídio porque os patrocinadores acadêmicos, contra as advertências do governo israelense, incluíram sessões sobre o caso armênio. Wiesel também quis, unilateralmente, abortar a conferência e, segundo Yehuda Bauer, fez um lobby pessoal para que outros não comparecessem. [...] Agindo sob ordens de Israel, o US Holocaust Council (Conselho do Holocausto dos EUA)

praticamente eliminou a menção aos armênios do Museu Memorial do Holocausto de Washington, e os lobistas judeus no Congresso impediram um dia de lembrança ao genocídio armênio. (FINKELSTEIN, 2001, n.p.)

A indústria sionista do holocausto acaba por negar o holocausto real, histórico e seus horrores. Através de suas mentiras e falsificações mitológicas, usou as válidas e importantes reivindicações dos judeus sobreviventes do holocausto, não para dar-lhes assistência e nem para políticas educativas sobre o holocausto como fizeram parecer, mas para extorquir dinheiro de países como a Alemanha, Áustria, Suíça e Polônia, para as comunidades judaicas e seus líderes; e muitas vezes inflaram os reais números de sobreviventes para receberem mais dinheiro nas negociações. A *Conference of Jewish Material Claims Against Germany* proíbe a distribuição direta aos judeus vítimas do holocausto, ao mesmo tempo em que fazia concessões a rabinos e “líderes judeus proeminentes” (FINKELSTEIN, 2001, n.p.), além dos valores de indenizações e compensações serem exacerbadamente maiores justamente para essas lideranças do que foi para a maioria dos judeus de fato vítimas do holocausto. A indústria do holocausto nas suas “campanhas de conscientização”, promove o Estado de Israel como a principal e única alternativa para os judeus (FINKELSTEIN, 2001, n.p.). No entanto, o sionismo foi apenas um “entre os tantos produtos do processo de secularização e modernização que transformou o mundo judaico na Europa a partir do século XIX, mas permaneceu bastante minoritário por muito tempo” (TRAVERSO, 2024, p. 25). Através do diálogo entre Finkelstein e Traverso, percebe-se que essa indústria, através da instrumentalização da memória da Shoah e do imaginário judaico em favor do Estado de Israel, banalizou “a paisagem na qual se define a identidade judaica diaspórica” (TRAVERSO, 2024, p. 25), contribuindo para o crescimento do sionismo.

No entanto, ao contrário da propaganda e dos mitos sionistas, o antissionismo, absolutamente distinto do antissemitismo, já era um projeto judeu. Segundo Khalidi (2024, p.18), “antes da ascensão de Hitler, os sionistas eram uma minoria, e seu projeto era altamente contestado nas comunidades judaicas. Mas o Holocausto produziu um tipo de uniformidade compreensível no apoio ao sionismo”. Também nunca foi uma ideia judaica a criação de um Estado judeu no território da Palestina, como os sionistas querem fazer parecer. A criação de um “lar judeu” sempre foi um instrumento dos interesses expansionistas do imperialismo britânico no Oriente Médio (LOTLAF, 1990, p. 17). Justamente pela razão de grande parte dos judeus não se verem representados pelo sionismo que, Chaim Weizmann - líder da Organização Sionista da Inglaterra (que depois se tornou o primeiro presidente de Israel) - preferia, assim como Herzl, tratar com “gentios” e até antissemitas. Weizmann escreveu que para os sionistas, “sempre era mais fácil falar de coração aberto aos não-judeus que aos ‘judeus ocidentais’; havia menos chance de serem mal entendidas” (WEIZMANN apud SOLIMAN, 1990, p. 30). Isso também pode ser percebido de forma clara através dos números de migração judaica entre os anos de 1882 e 1914. Enquanto 2 milhões e meio de judeus saíram da Europa, apenas 64 mil foram para a Palestina (SOLIMAN, 1990, p. 31). A tese de Marx de que a prática é o critério da verdade se faz aqui fundamental. Sionismo e Judaísmo são completamente distintos, assim como antissionismo e antissemitismo.

Dentre as respostas possíveis ao virulento antissemitismo europeu, o sionismo moderno de Herzl - jornalista vienense - foi fundado como um movimento nacionalista do povo judeu, que já haviam sido desterritorializados desde o ano 70 d.c. (ALTMAN, 2023, p.41). O sionismo político, em seu primeiro congresso em 1897 na Basileia, já evidenciava seu caráter racista e colonialista, sequer mencionando a população nativa da palestina, quando estabelecia o seu objetivo de criar um Estado étnico-racial para Judeus em seu território (MASALHA, 1992, p. 5), com o “direito soberano” de controle da imigração e do “povo eleito” de voltar a sua “terra bíblica” (KHALIDI, 2024, n.p.). Este adorno bíblico que passou a revestir o sionismo político foi fundamental para o apoio de cristão protestantes britânicos e estadunidenses e a ocultação de sua natureza colonialista, no sentido de que “como poderiam os judeus estar ‘colonizando’ a terra onde sua religião começou?” (KHALIDI, 2024, n.p.). Também a Declaração de Balfour de 1917, promessa britânica em apoio às metas sionistas de construção do “lar judeu” na palestina, deixou de mencionar a imensa população árabe no território como expõe Khalidi (2024, n.p.):

Significativamente, a ampla maioria árabe da população (cerca de 94% na época) não foi mencionada por Balfour, exceto de maneira indireta, como as “comunidades não judaicas ali existentes”. Elas eram descritas em termos do que não eram, e certamente não como uma nação ou um povo — as palavras “palestinos” e “árabes” não estão entre as 67 palavras da declaração. A essa maioria

esmagadora da população eram prometidos apenas “direitos civis e religiosos”, não direitos políticos ou nacionais. Em contraste, Balfour prescrevia direitos nacionais para o que chamava de “povo judeu”, que em 1917 era uma pequena minoria — 6% — dos habitantes do país.

O lema sionista, criado por Israel Zangwill, era “uma terra sem povo para um povo sem terra” (SAID, 2012, n.p.). Assim era tratado o território da Palestina (e continua sendo): uma terra de ninguém. A existência dos palestinos e de sua identidade são completamente negadas. Pode-se perceber bem isso na afirmação de Weizmann em 1914:

No seu estágio inicial, o sionismo foi concebido, pelos seus pioneiros, como um movimento totalmente dependente de fatores mecânicos: há um país que por acaso se chama Palestina, um país sem povo, e, por outro lado, existe o povo judeu, e ele não tem país. O que mais é necessário, então, do que encaixar a gema no anel, para unir este povo a este país? Os donos do país [os turcos] devem, portanto, ser persuadidos e convencidos de que este casamento é vantajoso, não apenas para o povo [judeu] e para o país, mas também para eles próprios. (WEIZMANN apud MASALHA, 1992, p. 5-6, tradução nossa)

Como o historiador palestino Nur Masalha (p. 6) argumenta, não se tratava de uma afirmação demográfica literal. Eles sabiam da existência da população não-judaica, e a tratava com completo desdenho, como insignificantes e sem valor nos parâmetros de superioridade europeia. Zangwill, explicando seu lema da “terra sem povo”, dizia em 1920 que “Se Lord Shaftesbury foi literalmente inexato ao descrever a Palestina como um país sem povo, ele estava essencialmente correto, pois não há um povo árabe vivendo em íntima fusão com o país, utilizando seus recursos e imprimindo-lhe uma marca característica: há, na melhor das hipóteses, um acampamento árabe.” (ZANGWILL apud MASALHA, 1992, p. 6, tradução nossa). Quando perguntado sobre os árabes pelo principal expoente do departamento de colonização da Agência Judaica, Arthur Ruppin, Weizman logo respondeu que os britânicos o falaram que se tratavam de “algumas centenas de milhares de negros (*kushim*)” e que, portanto “não tinham valor” (MASALHA, 1992, p.6). Também Herzl, em resposta a carta enviada pelo prefeito de Jerusalém em 1899, Yusuf Diya Al-Khalidi, contrapunha as preocupações em relação ao projeto colonial sionista, negando por completo os interesses da população palestina nativa, usando como justificativa de que a presença dos judeus imigrantes iram trazer apenas benefícios à aquele povo (KHALIDI, 2024, n.p.). Essa negação permanece na Israel contemporânea, onde, segundo Edward Said (2012, n.p.), os palestinos são oficialmente tratados “como os ‘assim chamados palestinos’ - uma frase um pouco mais suave do que a declaração cabal de Golda Meir, em 1969, de que os palestinos não existiam”.

Nas palavras do sionista húngaro, “Ao permitir a imigração de muitos judeus que levarão para lá sua inteligência, sua perspicácia financeira e seus meios de empreendimento, ninguém pode duvidar de que o bem-estar de toda a região seria o feliz resultado” (HERZL apud KHALIDI, 2024, n.p.). Essa fala de Herzl já expressava também elementos da natureza profundamente eugenista do sionismo: a noção de um novo povo completamente idealizado, adequado a uma nova terra (WEISS apud BHATTACHARYA, 2024, p. 60). Esse mito sionista de que a ocupação israelense é um benefício ao povo palestino também se estende a seus principais aliados até os dias atuais, como é o caso do império estadunidense. Em uma coletiva de imprensa no dia 9 de fevereiro de 2025, o presidente norte-americano Donald Trump prometeu transformar Gaza numa “Riviera do Oriente Médio” (STRANO, 2025), dizendo que iria comprar o território e assumir o controle da região, expulsando os palestinos de Gaza para outros países próximos, como a Jordânia e o Egito. Segundo Trump, as pessoas nunca mais deveriam voltar para Gaza, pois ele acredita que “Gaza trouxe muito azar para elas” e “não é um lugar para as pessoas viverem”, como noticiou o jornal G1 (REDAÇÃO, 2025). Essa fala expressa o que podemos chamar de uma “solução final” da aliança entre Israel e os EUA para a limpeza étnica contra os Palestinos e o genocídio em curso. Desde o início os sionistas já deixavam claras suas intenções de promover um longo processo de deslocamentos forçados do povo palestino como forma de resolução da “questão árabe”, como eles chamavam.

Assim como Al-Khalidi, prefeito de Jerusalém do final do séc XIX, quando a Palestina era parte do Império Otomano, enviou uma carta à Herzl contra o projeto sionista alertando que iria “semear dissensão entre cristãos, muçulmanos e judeus locais. Iria colocar em risco o status e a segurança que os judeus sempre tinham

tido em todo o domínio otomano” (KHALIDI, 2024, n.p.), também um expoente do próprio movimento sionista, um judeu russo chamado Yitzhaq Epstein, que foi para a Palestina em 1886, alertou para as implicações morais da colonização sionista e a forma como eles tratavam a “questão árabe” (MASALHA, 1992, p. 8). Em seu artigo “A Questão Oculta” publicado em 1907, momento em que camponeses palestinos (*fallāḥīn*) forçados a abandonar suas terras se revoltavam contra as compras do movimento sionista das terras da galileia, Epstein sistematizava o pensamento sionista em 2 aspectos constitutivos: a ideia de que as comunidades judaicas palestinas (*yushuv*) deveriam ser exclusivistas e a crença de que nada valia questões morais em detrimento da efetividade de seus objetivos e métodos de aquisição de terras palestinas (MASALHA, 1992, p. 8). Há no sionismo uma centralidade étnica assim como no pangermanismo antissemita de Georg Von Schonerer - que Robert Paxton (2007, p. 64) coloca como um dos elementos fundamentais nas origens intelectuais do nazi-fascismo em seu livro “A Anatomia do Fascismo” -, onde se torna inalienável a exclusividade judaica das terras, das propriedades e do trabalho. Assim se constituirá o “trabalho hebreu” (*Avoda ivrit*), formando uma estrutura econômica controlada apenas pelos *yushuvs*. Segundo Edward Said:

Assim como o exército assimila os cidadãos comuns para seus propósitos – vestindo-os com uniformes, treinando-os em táticas e manobras, disciplinando-os para seus fins –, o sionismo preparava os colonizadores judeus no sistema de trabalho judeu e na terra judaica, e seu uniforme exigia que somente judeus fossem aceitáveis. O poder do exército sionista não estava em seus líderes ou nas armas que angariava para sua defesa e suas conquistas, mas antes no funcionamento de um sistema, de uma série de posições tomadas e mantidas, como diz Weizmann, na agricultura, na cultura, no comércio e na indústria. Em suma, a “companhia” do sionismo era a tradução de uma teoria e uma visão dentro de um conjunto de instrumentos para ocupar e desenvolver um território colonial judeu bem no centro de um território árabe mediocremente estudado e desenvolvido. (SAID, 2012, n.p.)

Conclui-se, a acusação de antissemitismo direcionada a qualquer crítica ao sionismo só é possível através da negação substancial do holocausto histórico, produzindo, no campo da aparência ideológica das propagandas sionistas em toda sua rede de lobby internacional, o holocausto instrumentalizado numa chave teológica, a-histórica, diabólica e irracionalista. A natureza racista, colonialista e genocida do Estado de Israel não é determinada pela religião judaica, mas sim por uma “corrente político-ideológica fundada em 1897 pelo jornalista húngaro Theodor Herzl, autor do livro ‘O Estado Judeu’” (ALTMAN, 2023, p. 41), esta sim, uma doutrina que “vincula supremacia e território, etnia e colonização” (ALTMAN, 2023, p. 57). A noção de “espaço vital” (*Lebensraum*), teorizada pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que considerava as fronteiras fixadas pelo direito internacional como “puras abstrações, fruto de um pensamento judaico incorpóreo, e a elas opunham uma ideia não apenas geográfica, mas sobretudo existencial e biológica do espaço, um ambiente feito para ser modelado pela força vital de um povo” (TRAVERSO, 2024, p. 88-89), foi indispensável para o nacionalismo antissemita dos nazistas. Da mesma forma, para o sionismo, a Palestina é vista como seu “espaço vital” garantido pelas sagradas escrituras (TRAVERSO, 2024, p. 89).

### **3. A PRODUÇÃO DA VIDA NA PALESTINA: A TERRA DOS GUERREIROS DA LIBERDADE**

Ao contrário da história ocidental sobre a Palestina, que a coloca como um mero apêndice da história moderna do Estado de Israel - e sobretudo como uma história de uma terra a não de um povo com identidade própria - a identidade do povo da Palestina (*sha'b Filastin*) é um organismo vivo, multicultural, multirreligiosa, havendo uma harmonia na convivência entre cristãos, judeus e muçulmanos, com uma herança histórica que precede “em muito o surgimento de um movimento nacional palestino local no final do período otomano e o advento do colonialismo de povoamento sionistas antes da Primeira Guerra Mundial” (MASALHA, 2023, n.p.). Seu nome, Palestina (*Filastin*), já existia desde a Idade do Bronze, de 1300 a.C a diante, e na transição da antiguidade clássica para o medievo (entre os séculos III e VIII d.C), se consolidou como o nome mais comum desse território que fica entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, substituindo nomes como Djahi, Retenu e Cana'an (MASALHA, 2023, n.p.). Suas fronteiras precedem tanto o cristianismo como o islamismo, como mostram as menções de Heródoto ao território no contexto da invasão persa da Grécia: “Os fenícios e os sírios

da Palestina prepararam 300 navios [...] Esta nação, de acordo com sua própria autodescrição, viveu por muito tempo no Mar Vermelho, onde ainda residem. Esta seção da Síria e todas as áreas que se estendem daqui até a fronteira do Egito são conhecidas pelo nome de Palestina” (HERÓDOTO apud MOHAMMED, p. 87, tradução nossa).

Após a queda do Império Otomano ao final da Primeira Guerra em 1918, se instituiu o mandato britânico da Palestina. De acordo com a historiografia ocidental, seria a partir desse período que a Palestina poderia ser considerada uma unidade administrativa oficial, negando completamente sua história política. Segundo Masalha (2023, n.p.), precedendo por milênios o mandato britânico, a Palestina já existia enquanto uma unidade administrativa específica durante os séculos 135-390 d.C, quando era uma província romana conjunta da “Síria Palestina” e, mais tarde, se dividiu em 3 províncias separadas da Síria no período da Palestina Bizantina:

Palestina Prima ( Палестина Прима ), ou Palestina I, Palestina Secunda ( Палестина Секунда ) e Palestina Salutaris ou Palestina Tertia ( Палестина Терция ). Além disso, essas três províncias foram efetivamente governadas politicamente, militarmente e religiosamente da Palestina Prima como uma política "três em um" do século IV até o início do século VII. E mais uma vez a Palestina existiu como uma entidade administrativa separada na forma da província administrativa árabe muçulmana de Jund Filastin. Esta província administrativa de Jund Filastin (árabe: ) existiu por quase quatro séculos e meio desde a conquista muçulmana da Palestina em 637–638 até a invasão dos cruzados latinos de 1099 d.C. (MASALHA, 2023, n.p.)

Ao final do século VII a Palestina (filistin) já estava consolidada como um país (*bilad*) composto de maioria árabe e islâmica, e reconhecida por todo o mundo islâmico pela sua importância religiosa, fertilidade e beleza (SAID, 2012, n.p.). Há uma série de referências árabes no século X descrevendo a Palestina justamente com uma identidade árabe definida e que persiste (e resiste) até os dias presentes. Nos trechos do geógrafo palestino, nascido em Jerusalém no ano de 945, Al-Maqdisi, citados por Said (2012, n.p.), em seu livro “A Questão Palestina”, a Palestina é descrita como:

a província mais a oeste da Síria. Em seu maior comprimento, de Rafh à fronteira de Al Lajjun (Legio), um viajante levaria dois dias de jornada, e o mesmo tempo para cruzar a província em sua largura, de Yaha (Jafa) a Riha (Jerico). Zugar (Segor, Zoar) e o país do povo de Lot (Diyar Kaum Lot); Al Jibal (as montanhas de Edom) e Ash Sharah até Ailah – sendo Al Jibal e Ash Sharah duas províncias separadas, porém contíguas – pertencem à Filisteia e fazem parte de seu governo. A Filisteia recebe água das chuvas e do orvalho. Suas árvores e suas terras aradas não necessitam de irrigação artificial; e é somente em Nablus que se encontram águas correntes para esse propósito. A Filisteia é a mais fértil das províncias sírias. Sua capital e maior cidade é Ar Ramlah, mas a Cidade Santa (Jerusalém) aproxima-se dela em tamanho. Na província da Filisteia, apesar de sua pequena extensão, existem cerca de vinte mesquitas, com púlpitos para as orações de sexta-feira. (SAID, 2012, n.p.)

Desde o início do processo colonial sionista, a população palestina já era majoritariamente composta por árabes. Em 1882, menos de 10% da população era judaica (SAID, 2012, n.p.) e a população árabe era de 500.000 pessoas (MORRIS apud CLEMESHA, 2008, p. 172). Mais tarde, em 1914, a população judaica era de 60.000-80.000 e a população árabe de 700.000. Já em 1947, ano de início da Nakba (palavra palestina para “catástrofe”, que expressa a expulsão de 750.000 e a morte de 15.000 palestinos em 1947-48) havia 1,3 milhão de árabes palestinos e 650.000 judeus sionistas. Segundo Said (2012, n.p.), por centenas de anos, o povo da Palestina já se tratava de um povo “social, cultural, política e economicamente identificável, cuja língua e religião eram (em grande parte) árabe e islâmica, respectivamente”. O pensamento sionista, como de Zangwill que dizia que no máximo poderia-se falar de um “acampamento árabe” na Palestina é completamente insustentável e falso. Além da questão numérica, essa população árabe, cuja produção da vida era essencialmente pastoril, sempre teve sua identidade fortemente enraizada na terra que cultivou e viveu, “que se tornou ainda mais forte

depois que se tomou uma decisão quase exclusivamente europeia de restabelecer, reconstruir, recuperar essa terra para os judeus que deveriam ser levados para lá de algum outro lugar” (SAID, 2012, n.p.).

A partir da teoria marxista, compreende-se que as formas de consciência humana estão intimamente ligadas a forma como se produz e reproduz materialmente a vida social, como argumenta Lukács (2013, p. 95) em sua Ontologia do Ser Social, “todas as representações ontológicas dos homens se encontram, em grande parte, sob a influência da sociedade, seja o componente dominante o da vida cotidiana, o da fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel sumamente influente na práxis social dos homens e com frequência se solidificam em um poder social”. Segundo Marx (2004, p. 25), em seus Manuscritos Econômicos-Filosóficos, a categoria de trabalho, enquanto expressão da atividade humana enquanto seres genéricos (*Gattungswesen*), é a prática da qual “toda a diversidade natural, espiritual e social da atividade individual sobressai”. Na vida social palestina, pode-se perceber essa relação, corroborando com o fato do forte enraizamento do povo com sua terra, na íntima conexão do imaginário palestino com o mar. O sabor e o cheiro do peixe, segundo Bhattacharya (2024, p. 62), “estão na arquitetura celular da história Palestina”, estando fortemente presente nos contos populares, como, por exemplo “histórias sobre o Rei Peixe, enquanto o endro, o alho e as pimentas transmitem essa história aos sentidos”. Na questão colonial, a dimensão da terra é indispensável, como podemos ver no argumento de Frantz Fanon:

Para o povo colonizado, o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é primordialmente a terra: a terra que deve assegurar o pão e, bem entendido, a dignidade da «pessoa humana». Essa pessoa humana ideal, nunca ouviu falar dela. O que o colonizado viu na sua terra é que podia ser preso, espancado ou morrer de fome impunemente; e nunca nenhum professor de moral, nenhum padre, recebeu tais golpes em seu lugar ou repartiu com ele o seu pão. (FANON, 1961, p.40)

Na sua crítica ontológica à sociedade capitalista, Karl Marx expõe dialeticamente como o trabalho, devido à propriedade privada dos meios de produção, se torna efetivamente uma forma de trabalho alienada e estranhada na medida em que a atividade vital de existência dos indivíduos se torna dependente a uma outra pessoa que não ele próprio. Nas palavras de Marx:

Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente a externalidade (*Ausserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo. (MARX, 2004, p. 83)

Da mesma forma, na realidade colonial, o nativo colonizado é produzido como um estranho em relação a sua própria terra. Isso é evidente desde os discursos sionistas em suas fases mais pioneiras como já vimos, até o processo efetivo de colonização, comprando as terras palestinas e estabelecendo o princípio exclusivista étnico da “terra hebraica” e do “trabalho hebreu”, e durante o processo permanente de exclusão e limpeza étnica dos palestinos de suas terras, com a criação do Estado de Israel, até o paradigma do genocídio atual. Toda a relação dos palestinos com sua terra, conseqüentemente também com suas formas de produção da vida social (o trabalho), é mediada pelo controle israelense. A partir da Teoria da Reprodução Social (TRS), Tithi Bhattacharya (2024, p. 58) identificou que Israel emprega “três estratégias gerais em face da vida palestina: expulsão, extermínio geracional intencional e controle da fertilidade palestina”. É a partir dessas estratégias que o Estado de Israel, apoiado pelas principais potências capitalistas ocidentais, refaz toda a estrutura social palestina, gerando um fechamento sistêmico que estabelece as condições materiais de produção, não dá vida, mas da morte e da debilidade constantes que asfixiam a reprodução social da vida palestina.

A primeira estratégia geral, a da expulsão, só pode ser criticamente compreendida a fim de elucidar o genocídio palestino hoje, entendendo a Nakba como uma catástrofe que não se encerra em 1948, mas que, como argumenta Arlene Clemesha (2024, p. 52-55), se trata de uma estrutura contínua na história palestina até os dias atuais e que passa a ter uma nova conotação a partir da instauração do paradigma do genocídio. A Nakba, segundo Ghassan Kanafani (2024, p.115), “era apenas o epílogo de um capítulo longo e sangrento ocorrido entre abril de 1936 e setembro de 1939”, período em que ocorreu a Revolta Árabe contra o Império Britânico durante seu Mandato na Palestina. A revolta eclodiu em razão do aumento da imigração judaica com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o que ocasionou na demissão em massa de trabalhadores árabes, dentro da política aqui já abordada da exclusividade do trabalho judeu, do primeiro chefe de governo israelense Ben-Gurion. Além disso, 20 mil famílias camponesas foram despejadas de suas terras, compradas por colonos sionistas. Esses acontecimentos geraram um esmagador impacto econômico sobre as classes populares palestinas, aumentando os níveis de pobreza na década de 30 (KHALIDI, 2024, p. 14). Segundo Arlene Clemesha:

A revolta face ao governo colonial britânico e o incremento da imigração sionista atingiria seu ponto culminante na Revolta Árabe de 1936-39, que, tendo começado como uma greve geral, logo se tornou uma revolta nacional organizada. Para ser contida, a Inglaterra empregou 25.000 soldados do seu exército, apoiados pelas milícias sionistas Haganá, Stern e Irgun. Pela primeira vez a aviação britânica foi enviada às colônias. Cerca de 5.000 palestinos foram mortos, 10.000 feridos e 5.679 presos, nesta que alguns historiadores denominam a Primeira Intifada. (CLEMESH, 2008, p.173-174)

As estratégias sionistas de asfixia, limpeza étnica, suas leis e toda sua estrutura colonial foram aprendidas através dos britânicos. Segundo Khalidi (2024, p.16), “o que antes fora uma especialidade colonial britânica se transformou em uma especialidade colonial israelense. Tudo que os israelenses fizeram, eles aprenderam com os ingleses”. As milícias sionistas, como o Haganá, foram treinadas pelos soldados especialistas em contrainsurgência, tortura e assassinato ingleses, como Orde Wingate, considerado fundador da doutrina militar israelense (KHALIDI, 2024, p. 16). O Haganá localizava e matava habitantes “dos vilarejos palestinos nas montanhas, assim como os grupos de militares e colonos israelenses fazem hoje” (KHALIDI, 2024, p. 16). O projeto sionista fazia parte da expectativa do imperialismo britânico de consolidar sua influência no Oriente Médio ao contrário de qualquer preocupação real com a questão judaica. Isso explica os aparentes “paradoxos” de antissemitas que defendem o Estado de Israel. A Declaração de Balfour, por exemplo:

foi feita pelo homem responsável por emplacar a lei mais antissemita da história do Parlamento britânico, o Aliens Act de 1905. A classe dominante britânica não se importava com os judeus *per se*. Talvez se importassem com a leitura que faziam da Bíblia, mas eles se interessavam sobretudo pela importância estratégica da Palestina e do Oriente Médio, como porta de entrada para a Índia, muito antes de 1917. (KHALIDI, 2024, p. 17)

Em 1947, se inicia o processo de fim do Mandato Britânico da Palestina e, por determinação do Plano de Partilha da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como todos os outros planos e acordos ocidentais, sem mencionar e sem a voz dos palestinos, o território foi dividido e transformado “no palco de uma nova limpeza étnica e massacre colonial” (CLEMESH, 2024, p. 48). Com tudo que os sionistas aprenderam com o “manual colonial britânico”, se efetivou a Nakba com os ataques a áreas urbanas e rurais da palestina, listadas no Plano Dalet de 1947- 48 (que tinha como objetivo a expansão sionista no território da palestina e finalmente a criação do Estado de Israel com o fim do Mandato Britânico) através do mapeamento secreto do território, “empreendido pelo Fundo Nacional Judeu, e na formação dos ‘arquivos dos vilarejos’” (CLEMESH, 2024, p. 49). As milícias sionistas Haganá, Irgun e Lehi, esta última também conhecida como Bando Stern, usaram de táticas de expulsão forçada admitidas através de ordens claras e diretas do Plano Dalet, como descritas por Ilan Pappé (2021, n.p.), de “intimidação em grande escala; cerco e bombardeamento de aldeias e centros populacionais; incendiar casas, propriedades e bens; expulsar residentes; demolir casas; e, finalmente, plantar minas nos escombros para impedir o regresso dos habitantes expulsos”.

No início do ano de 1948, mais da metade da população árabe palestina (quase 1,4 milhões de pessoas, que possuíam 90% da terra) foram expulsos do território (CLEMESH, 2008, p. 175). Com a conclusão da Nakba, 750.000 pessoas tinham sido desenraizadas, “531 aldeias haviam sido destruídas, e 11 bairros urbanos esvaziados dos seus habitantes” (PAPPÉ, 2021, n.p.). Esse trauma histórico palestino espelha praticamente todo o repertório de definições possíveis de uma limpeza étnica, seja as feitas pelo Departamento de Estado dos EUA em relação aos eventos da Guerra do Kosovo (1998-1999), que define limpeza étnica como “o afastamento sistemático e forçado dos membros de um grupo étnico das comunidades, a fim de alterar a composição étnica de uma dada região”; ou a definição da ONU de 1993, que, segundo Pappé (2021, n.p.), “reafirmava «a condenação de todas as violações da lei humanitária internacional, em particular a prática da ‘limpeza étnica’». Mostrando como o desejo de um Estado de impor uma única regra étnica numa área mista está ligado a actos de expulsão e violência”, de forma que “os homens são separados das mulheres e detidos”, “a resistência leva a massacres e [...] as aldeias são destruídas com explosões, sendo as restantes casas subsequentemente repovoadas por outro grupo étnico”, exatamente como foi cumprido pelo Plano Dalet contra os palestinos. A limpeza étnica palestina teve seu marco inicial em dezembro de 1947, em uma ação da milícia Haganá no bairro árabe de Haifa, Wadi Rushmiyya:

Haifa era uma cidade mista com 75 mil habitantes árabes e igual número de judeus. Na manhã seguinte à partilha, a população árabe da cidade foi submetida a uma campanha de terror promovida pela Irgun e pela Haganá. Os ataques empregaram bombas e barris de pólvora e explodiram as casas para que a população não tivesse para onde retornar. Foram vários episódios que levaram a população palestina a abandonar a cidade até que, em abril de 1948, sobrassem apenas 4 mil palestinos em Haifa. A cidade viu também o estabelecimento do primeiro gueto palestino em Israel. (CLEMESH, 2024, p. 49)

O termo “Al-Nakba” foi cunhado pelo historiador sírio Constantine Zurayk em 1948 e, segundo ele, se tratou de um evento único na história palestina; uma catástrofe nacional para qual a nação árabe deveria achar uma resposta nos anos seguintes ao seu fim em 1948 (KHOURY, 2012, p. 256). Segundo Clemesha (2024, p. 53), a visão de Zurayk, que influenciou fortemente o pensamento nacionalista árabe palestino, induziu “a erros em momentos cruciais” da história palestina. O primeiro exemplo desse fato, continua a historiadora, foi a “estratégia nacionalista árabe de Gamal Abdel Nasser”. Após a Guerra Árabe-Israelense de 1948-49, Nasser aceita as fronteiras do recém criado Estado de Israel “como uma realidade estanque que poderia ser futuramente resolvida pela via das armas”. Esse dia nunca chegou e, em 1967, a derrota da Guerra dos Seis Dias foi vista como uma repetição da Nakba. Elias Khoury (2012), em seu artigo “Rethinking the Nakba”, argumenta que os eventos posteriores a 1948, como a Guerra dos Seis Dias, não devem ser compreendidos como uma reedição ou repetição de um evento já encerrado. Ele cunha o conceito de “Nakba contínua” (KHOURY, 2012, p. 262), tratando-a como um elemento permanente que conduz a história de colonização e limpeza étnica palestina, ao contrário de tratá-la como uma memória de uma catástrofe que se encerrou no passado. Dessa forma, ele conecta as expulsões de 1948 até as ocupações em Gaza e na Cisjordânia e as expulsões que existem na Jerusalém atual (KHOURY, 2012, p. 262). Portanto, Gaza hoje não se trata de uma exceção, mas de uma continuação da Nakba, a partir de uma nova significação, instaurando um novo paradigma, para além da limpeza étnica, que é o genocídio (CLEMESH, 2024, p. 55). Segundo Enzo Traverso:

Tudo é planejado: a destruição de ruas, edifícios, escolas, hospitais, universidades, museus, monumentos e até mesmo cemitérios, arrasados por retroescavadeiras; a interrupção do abastecimento de água, eletricidade, gás, combustível e internet; o acesso negado à alimentação e aos medicamentos; a evacuação de mais de 1,8 milhão dos 2,3 milhões de habitantes de Gaza em direção ao sul da Faixa, onde são novamente bombardeados; doenças, epidemias e, agora, a fome. Incapaz de erradicar o Hamas, o Tzahal pôs-se a eliminar a intelligentsia palestina: universitários, médicos, técnicos, jornalistas, artistas, intelectuais e poetas. O alerta lançado pela CIJ não é abstrato: a população palestina de Gaza é submetida a um massacre planejado e implacável, desenraizada, privada das

condições mais elementares de sobrevivência. Vamos repetir: a guerra israelense contra Gaza está assumindo as características de um genocídio. (TRAVERSO, 2024, p. 28)

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), baseada na definição de genocídio de 1948 da ONU (TRAVERSO, 2024, p. 19), a partir das denúncias da África do Sul desde 2023, contra o genocídio promovido por Israel, que solicitou a aplicação da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, já lançou o alarme contra o risco de genocídio em Gaza (JUSTICE, 2023). Segundo a definição da ONU, se trata de genocídio quando são cometidas ações “com a intenção de destruir, totalmente ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal”; que pode implicar em alguns dos seguintes crimes: “a) assassinato de membros do grupo; b) atentado grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submissão intencional do grupo a condições de existência suscetíveis de acarretar a sua destruição física total ou parcial; d) medidas que visam a impedir nascimentos dentro do grupo” (LEMKIN apud TRAVERSO, 2024, p. 19-20). Em outubro de 2023, a questão do risco do genocídio já era amplamente debatida e de forma interdisciplinar, de forma que “oitocentos pesquisadores de diferentes disciplinas, do direito internacional aos estudos sobre o genocídio e o Holocausto, alertaram sobre um risco de genocídio em Gaza” (TRAVERSO, 2024, p. 20). No entanto, não se trata mais de um risco a ser alarmado, mas de uma realidade brutal e contínua, como bem enfatizado por Traverso na sua argumentação em torno do genocídio palestino:

nos meses que se seguiram, o *Journal of Genocide Research* abriu um debate sobre a questão ao publicar inúmeras intervenções que apresentam esse genocídio não mais como um ‘risco’, mas como uma realidade. Para Raz Segal, professor de estudos sobre o genocídio e o Holocausto na Stockton University (New Jersey, EUA), Gaza constitui ‘um caso clássico de genocídio’, e essa avaliação é compartilhada por A. Dirk Moses, também titular de uma cadeira consagrada ao estudo dos genocídios e autor de diversas obras de referência em matéria. (TRAVERSO, 2024, p. 20)

A definição da ONU e as descrições de Traverso dos eventos que explicitam o genocídio em Gaza, corroboram exatamente com o argumento central de Bathacharya (2024, p. 56), de que a estratégia de ocupação israelense se dá a partir da aniquilação das condições materiais de reprodução social. Segundo Bathacharya (2024, p. 57), “as feministas da teoria da reprodução social usaram a formulação *produção da vida* para identificar as várias maneiras pelas quais os seres humanos trabalham para transformar a natureza a fim de garantir sua própria manutenção e satisfazer suas necessidades”. Através da TRS e seu “conceito expansivo de produção da vida”, com base na categoria de trabalho de Marx, a autora amplia o conceito de “debilidade” de Jasbir Puar, que teoriza acerca da noção de “economia política da capacidade corporal” (BHATTACHARYA, 2024, p. 59), para dar maior dimensão a biopolítica do genocídio palestino e seu caráter mutilador e asfixiante. A ocupação genocida israelense utiliza os ataques a infraestruturas palestinas como forma de “regulação biopolítica de um colapso humanitário maleável” (PUAR apud BHATTACHARYA, 2024, p. 59) que dá, ao Estado de Israel, a capacidade instrumental de produção e gestão da morte a partir de uma sistemática debilitação do povo palestino.

No juízo acertado de Paulo Arantes (2014, n.p.), dentre as ondas punitivas que afligem as zonas liminares das periferias do capitalismo global, a Palestina é sua expressão mais hiperbólica. Se tratando de uma realidade de extrema urgência, de deslocamentos e evacuações forçadas, de brutal violência contínua contra a vida palestina em sua generalidade, a produção da morte e da sistemática debilitação se trata também da produção de tempo morto através da disciplina da espera. Junto com o muro que separa Israel dos territórios palestinos ocupados, como a Cisjordânia, em 2002 (considerado ilegal pela CIJ em 2004), Israel passou a construir também os *checkpoints*, que controlam a movimentação das pessoas através do medo, da exaustão e da humilhação, sendo uma burocracia que produz um vazio legal no território palestino. Na Cisjordânia ocupada, os labirintos dos postos de controle israelenses atrasam ou impedem as pessoas de chegarem aos seus trabalhos e aos hospitais; até mesmo crianças, idosos e mulheres grávidas são revistados e atacados pelo *Tzahal* com gás lacrimogêneo (DEGER, 2015).

Nas palavras do escritor e ativista Azmi Bishara, “o checkpoint confisca tudo o que um homem possui de mais valioso, todos os seus esforços, todo o seu tempo [...] o checkpoint é o caos e a ordem, está dentro e fora da lei, opera racionalmente e arbitrariamente, através da ordem e da desordem”, até a completa exaustão moral e psíquica dos condenados a transitar por esse labirinto em que a principal arma para entranhar nos derrotados o sentimento da própria humilhação é a espera, e uma espera que não poupa doentes, idosos ou crianças, que pode ser indefinidamente alongada ou subitamente abreviada, segundo comandos cujos critérios precisam permanecer insondáveis – em suma, também aqui queremos que eles sofram, quando mais não seja pelo medo com que nos obrigam a viver. (ARANTES, 2014, n.p.

Quanto às estratégias sionistas de controle da fertilidade palestina, enquanto a cidade do colonizado, dentro da dicotomia colonial, segundo Fanon (2005, p. 55), “é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados”, onde “nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira” e “morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa”, a biopolítica na realidade do colonizador é realizada de forma completamente oposta com todas as consagrações possíveis. Desde a criação do Estado israelense, “Israel tem consagrado políticas pró-natalistas em suas inúmeras instituições, constituindo um regime reprodutivo por meio de recompensas monetárias e comitês que garantem uma taxa de natalidade crescente” (BHATTACHARYA, 2024, p. 59). Israel promove diversas políticas de apoio e assistência à maternidade, garantindo também, aos seus filhos, uma estrutura que possibilita o florescimento de uma vida futura, como educação pública gratuita (BHATTACHARYA, 2024, p. 60), enquanto extermina crianças no genocídio palestino e destrói escolas e hospitais. A política de natalidade sionista expressa o seu caráter eugenista que, “historicamente, por meio de uma ‘revolução corporal’, visava ‘criar um novo povo adequado a uma nova terra’”, estabelecendo um modelo ideal de corpo judeu, cujas características deveriam ser: “‘masculino, judeu, asquenaze, perfeito e sadio’ - um corpo que Weiss denomina ‘o corpo escolhido’” (BHATTACHARYA, 2024, p. 60).

Evidentemente, a dicotomia colonial não se resume às tecnologias de nascimento, mas totaliza “toda uma infraestrutura social e estatal” que “garante o florescimento da vida israelense e a aniquilação/debilitação da vida palestina” (BHATTACHARYA, 2024, p. 61). Isso ocorre através de uma estrutura de *apartheid*, de fechamento do corpo social palestino, que possibilita a Israel o controle dos elementos mais fundamentais para o desenvolvimento humano, como alimentação, água potável, moradia, saúde e educação (BHATTACHARYA, 2024, p. 61). É justamente essa base material que foi mistificada, expurgada de seu processo histórico real e utilizada para sustentar a imagem ocidental do Estado de Israel como o centro dos “valores democráticos e das sociedades abertas”, cercado pelo “horror e terror” do Oriente Médio. Portanto, há aqui mais uma inversão ideológica, que permite, à sociedade israelense, a minuciosa emulação do Ocidente, “ensaiando assim os antigos estereótipos orientalistas do Ocidente civilizado contra o Oriente bárbaro” (BHATTACHARYA, 2024, p. 63). Aqui, o artigo de Berenice Bento (2024), “Palestinização do Mundo”, traz uma gigante contribuição, no sentido de que esse processo descrito por Bhattacharya, como parte das dinâmicas capitalistas globais, atende as necessidades do neoliberalismo de “terror de Estado, com fachada de democracia” para sua reprodução. Israel, segundo Berenice, é o “braço tecnológico contemporâneo da morte”, sendo o quarto maior fornecedor de armamento do mundo, exportando também treinamentos e sua doutrina militar. O genocídio palestino se constitui como um laboratório global de formas de governo e tecnologia militar, que são utilizados contra todos os povos periféricos do capitalismo. Israel, portanto, é a maior expressão contemporânea da sociedade extremamente punitiva neoliberal que, segundo Paulo Arantes (2014, n.p.), “não alcança o topo da pirâmide, nem mesmo seus estratos médios, sua varrição ocorre nas zonas liminares do subproletariado mundial”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Marx (2017, n.p.), no livro III d’O Capital, “a economia vulgar, com efeito, não faz mais que interpretar, sistematizar e louvar doutrinariamente as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção”. Poderia-se aqui, com êxito, aplicar essa mesma sentença a historiografia vulgar sionista, que apenas sistematiza e louva doutrinariamente, sua “historiografia” mistificada e teológica do território palestino, orientados por seus interesses de classe, que se manifestam através de contradições absurdas, negando a história real da Palestina e seu povo. Só atravessando essas mistificações, que pode-se

compreender de fato a questão judaica e como ela se tornou a questão palestina, evidentemente, a partir do lugar ontológico do próprio povo palestino e suas formas de produção da vida. Como conclui Marx (2017, n.p.), “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Ao contrário da instrumentalização sionista da memória do holocausto, “o passado que não quer passar” como diz Ernst Nolte, a correta apropriação da memória do holocausto só é possível a partir da compreensão de que o Holocausto não é o único genocídio na história. Enquanto seus pressupostos ainda existirem, os genocídios continuarão fazendo parte da nossa história e se repete hoje na Palestina. A eliminação industrial de milhões de pessoas tem seus pressupostos no mundo técnico capitalista e em sua razão instrumental. Segundo o filósofo alemão Gunther Anders, nos alienamos do mundo através do triunfo da técnica, havendo uma disrupção e um abismo entre aquilo que produzimos e das coisas as quais conseguimos fazer uma imagem e da nossa capacidade de sentir. Na sua carta a Klaus Eichmann, ele argumenta que:

Os objetos que estamos acostumados a produzir com o auxílio de nossa técnica, impossível de ser contida, e os efeitos que somos capazes de desencadear são tão grandes e tão explosivos que nós não mais conseguimos compreendê-los, que dirá então identificá-los como nossos. É claro que não é somente a magnitude desmesurada de nosso desempenho que sobrecarrega nossa faculdade de imaginação, mas também a infinita mediação de nossos processos de trabalho. (ANDERS, 2023, p. 26)

O projeto civilizatório iluminista do desenvolvimento perpétuo e linear é na verdade uma grande superstição dogmática que nos retira da possibilidade de escrever a própria história. A liberdade formal burguesa, que desvincula a vida social da vida política, à qual a arquitetura social ainda opera numa lógica darwiniana (sobreviventes x inadaptados), significa na realidade a liberdade de morrer de fome, como o próprio Friedrich Hayek (1983, p. 14) - economista neoliberal austríaco-britânico - diz: “liberdade não implica posse de todos os bens ou a ausência de dificuldades. É certo que ser livre pode significar a liberdade de morrer de fome”, de forma que, para o economista, “o mendigo sem vintém que leva uma vida precária, baseada em constante improvisação, é, realmente, mais livre que o conscrito com toda sua segurança e relativo conforto” (HAYEK, 1983, p. 14).

A liberdade burguesa moderna significa os campos de concentração nazista e o extermínio colonial na Palestina. Ao contrário das tradições positivistas e relativistas de pensamento que esvaziam os fundamentos ontológicos da técnica e da ciência, dando à ela um caráter de absoluta neutralidade, dando assim ao capitalismo uma condição perene, que significa “a total submissão da consciência, da subjetividade, do sujeito, à forma existente do objeto” (DUAYER, 2023, p. 107), a ciência e a técnica não podem ser reduzidas a meros instrumentos da prática imediata, não se tratando da “técnica em geral” e “neutra”, mas de um tipo específico de técnica e desenvolvimento tecnológico/científico que servem à ordem capitalista, e seus ciclos infernais de violência e limpeza étnica. Assim como no Holocausto existiu uma racionalidade em que buscavam as formas mais eficientes e baratas de extermínio, sem desperdícios, também no genocídio palestino, por parte de Israel, operam nessa mesma racionalidade industrial utilizando das mais novas tecnologias, como as interligências artificiais, drones, tecnologias combinadas com armas químicas, a transformação de tecnologias civis em bombas, sem contar na exposição do genocídio nas redes sociais com soldados da Força de Defesa de Israel (*Tzahal*) “zombando dos palestinos enquanto grassam o genocídio, fazendo chacota de sua fome, da destruição de seus lares, de suas vestimentas encontradas entre os escombros” (CLEMESH, 2024, p.47). Assim como a principal bigtech do século XX, a IBM, forneceu a tecnologia Hollerith de cartões perfurados para execução do holocausto nazista (SILVEIRA, 2015, p. 12), o mesmo ocorre hoje com a Corsight e a Google em relação aos sionistas. A tecnologia de reconhecimento facial do Google Fotos foi utilizada por Israel para criar listas de supostos combatentes do Hamas, de forma que, como denuncia Sam Biddle (2024) em seu artigo publicado no jornal *The Intercept*, “atingiu milhares de moradores de Gaza [...] Muitos dos que foram detidos ou colocados na prisão, frequentemente com poucas provas, ou sem nenhuma, disseram posteriormente ter sido brutalmente interrogados ou torturados”.

Ao contrário da liberdade formal da sociedade liberal, Marx pensa a liberdade a partir de sua efetividade nas formas sociais de existência num sociometabolismo com a natureza. O reino da liberdade, diz Marx (2017, n.p.), “só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita”. Assim, a “liberdade de morrer de fome” da sociedade capitalista é absurda e inaceitável. Uma vez que

Israel promove a privação e destruição dos meios de existência palestinos, é uma aberração dizer que se trata de uma Democracia. Marx estava certo ao defender que a emancipação política do Judeu na sociedade burguesa, a partir da cisão do sujeito em público e privado (MARX, 2010, p. 42), deslocando a religião do Estado para a dimensão restrita individual, ainda que fundamental, constituindo “a forma definitiva de emancipação humana *dentro* da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010, p. 41), se trata, entretanto, de uma emancipação parcial e limitada de forma que “o homem se liberta politicamente, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira abstrata e limitada, ou seja, de maneira parcial” (MARX, 2010, p. 39), preservando a desigualdade na vida social ainda que formalmente exista uma igualdade jurídica.

A emancipação dos judeus, portanto, só se dará de forma efetiva através da emancipação humana geral da sociedade capitalista, e não através da criação de um Estado com base étnico-racial como o de Israel. A emancipação dos palestinos que, segundo Khalidi (2024, p. 17), “estão pagando por toda a história europeia de ódio aos judeus, desde os tempos medievais”, está também associada a emancipação judaica e da mesma forma, passa necessariamente pela superação da exploração capitalista e suas formas políticas da democracia liberal. A libertação da Palestina do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo é uma luta judaico-palestina em resgate de sua longa história multiétnica e multirreligiosa. Ao contrário do Estado de Israel, que vê na Palestina seu espaço vital a ser colonizado e explorado, a Palestina, nas palavras do poeta palestino Fadwa Tuqan, é a uma terra que “tem um coração palpitante, não para de bater e perdura o insuportável. Guarda os segredos das colinas e úteros. Esta terra brotando com espinhos e palmeiras também é a terra que dá à luz um guerreiro da liberdade. Esta terra, minha irmã, é uma mulher” (TUQAN apud BHATTACHARYA, 2024, p. 65).

## REFERÊNCIAS

AJLABS. Israel-Gaza war in maps and charts: Live tracker. **Al Jazeera**. 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>. Acesso em: 3 fev. 2025.

ALTMAN, Breno. **Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista**. Alameda Casa Editorial, 2023.

ANDERS, Günther. **Nós, filhos de Eichmann: carta aberta a Klaus Eichmann**. Editora Elefante, 2023.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BENTO, Berenice. Palestinização do mundo. **Blog da Boitempo**. 30 mai. 2024. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2024/05/30/palestinizacao-do-mundo/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BIDDLE, Sam. Google silencia enquanto Israel usa seus programas para definir alvos humanos. **The Intercept Brasil**. 19 abr. 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/04/19/israel-usa-tecnologia-google-contrapalestinos/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. Esqueci de morrer: pensando a reprodução social palestina. **Margem Esquerda**, n. 43, p. 56-65. São Paulo: Boitempo, 2024.

CLEMESHA, Arlene. Palestina, 1948-2008: 60 anos de desenraizamento e desapropriação. **Tiraz**, v. 5, p. 167-187, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5955.tiraz.2008.135362>. Acesso em: 19 fev. 2025.

\_\_\_\_\_. Pensar a Palestina após Gaza: uma breve historiografia da Nakba. **Margem Esquerda**, n. 43, p. 47-55. São Paulo: Boitempo, 2024.

DEGER, Allison. Israeli checkpoints: 'We live under colonisation'. **Al Jazeera**. 4 dez. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2015/12/4/israeli-checkpoints-we-live-under-colonisation>. Acesso em 3 fev. 2025.

DUAYER, Mario. **Teoria social, verdade e transformação**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FINKELSTEIN, Norman. **A indústria do Holocausto**. Editora Record, 2001.

FLOUR massacre: How Gaza food killings unfolded, and Israel's story changed. **Al Jazeera**. 1 mar. 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/3/1/flour-massacre-how-gaza-food-killings-unfolded-and-israels-story-changed>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FARINELLI, Victor. 'Estamos combatendo contra animais': ministro israelense justifica cerco a Gaza com frase racista. **Opera Mundi**. 9 out. 2023. Disponível em:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/combatemos-contra-animais-ministro-israelense-justifica-cerco-a-gaza-com-frase-racista/>. Acesso em 3 fev. 2025.

HAYEK, Friedrich. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Visão, 1983.

JAMAL, Urooba. Has famine arrived in Gaza? UN experts say it has. **Al Jazeera**. 10 jul. 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/7/10/is-there-famine-in-gaza-heres-everything-you-need-to-know>. Acesso em 3 fev. 2025.

JUSTICE, International Court of. Application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide in the Gaza Strip (South Africa v. Israel). **CIJ**. 29 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20231228-app-01-00-en.pdf>. Acesso em 9 mar. 2025.

KHALIDI, Rashid. **Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)**. Todavia, 2024.

\_\_\_\_\_. The Neck and the Sword. Entrevista concedida a Tariq Ali. **Margem Esquerda**, n. 43, p. 11 - 45. São Paulo: Boitempo, 2024.

KHOURY, Elias. Rethinking the Nakba. **Critical Inquiry**, v. 38, n. 2, p. 250-266, 2012. Disponível em:

<https://doi.org/10.1086/662741>. Acesso em: 9 mar. 2025.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política, Livro III: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017).

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians: The Concept of "Transfer" in Zionist Political Thought 1882-1948**. Washington, DC: Institute of Palestinian Studies, 1992.

\_\_\_\_\_. **Palestina: quatro mil anos de história**. Monitor do Oriente, 2023.

MOHAMMED, Zakariyeh. Maqdisi: An 11th Century Palestinian Consciousness. **Jerusalem Quarterly**, v. 22, n. 23, p. 86-92, 2004. Disponível em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/77945>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PAPPÉ, Ilan. **A Limpeza Étnica da Palestina em 1948**. UCG Ebooks. Lisboa, 2021.

PAXTON, Robert. A criação dos movimentos fascistas. In: PAXTON, Robert. **A Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 51-99.

REDAÇÃO, G1. Ao lado de Netanyahu, Trump diz que quer tirar 'todos' os moradores de Gaza permanentemente. **G1**. 4 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/04/ao-lado-de-netanyahu-trump-diz-que-quer-tirar-todos-os-moradores-da-faixa-de-gaza.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2025.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.

SOLIMAN, Lotfallah. **Por uma história profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STRANO, Salvador. Trump detalha plano para construir "Riviera do Oriente Médio" em Gaza. **CNN Brasil**. 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-detalha-plano-para-construir-riviera-do-orientes-medio-em-gaza/>. Acesso em 6 fev. 2025.

SILVEIRA, Sérgio. Apresentação: Wikileaks e as tecnologias de controle. In: Assange, Julian. **Quando o Google encontrou o WikiLeaks**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11-17.

TRAVERSO, Enzo. **Gaza diante da história**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2024.